

Demonstrações  
Financeiras  
**TBG**

20  
25



Clique nos itens para  
acessar cada seção

# Índice

<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>03</b>
Balanço Patrimonial	03
Demonstração do Resultado	04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	04
Demonstração dos Fluxos de Caixa	05
Demonstração do Valor Adicionado	06
Demonstração do Resultado Abrangente	06
Notas Explicativas da Administração	07
<b>Administração</b>	<b>40</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>40</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>43</b>
<b>Resumo e Conclusões do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário</b>	<b>44</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	397	658
Contas a receber, líquidas – Sistema Petrobras	10 e 21	72	105
Contas a receber, líquidas - terceiros	10	67	35
Estoques	11	27	-
Tributos sobre o lucro	14	94	107
Impostos e contribuições	14	33	36
Adiantamentos a fornecedores	12	8	3
Outros ativos		4	21
<b>Ativo circulante</b>		<b>702</b>	<b>965</b>
Depósitos judiciais		2	2
Outros ativos		2	2
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>4</b>	<b>4</b>
Investimento		1	1
Imobilizado	17	1.451	1.518
Intangível	18	23	23
<b>Ativo não circulante</b>		<b>1.479</b>	<b>1.546</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.181</b>	<b>2.511</b>
PASSIVO	Notas	2025	2024
Fornecedores	13	150	201
Tributos sobre o lucro	14	264	366
Adiantamentos de clientes - Sistema Petrobras	21	56	53
Adiantamentos de clientes - Outros		42	36
Dividendos propostos	19	225	229
Impostos e contribuições	14	21	26
Benefícios a empregados	15	47	41
Participações de lucros e desempenho	15.1	26	32
<b>Passivo circulante</b>		<b>831</b>	<b>984</b>
Adiantamentos de clientes - Sistema Petrobras	21	657	801
Provisão para processos judiciais e administrativos	16	44	70
Benefícios a empregados	15	180	128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	121	150
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.002</b>	<b>1.149</b>
<b>Passivo circulante e não circulante</b>		<b>1.833</b>	<b>2.133</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Capital subscrito e integralizado		93	93
Reservas de lucros		19	248
Outros resultados abrangentes		12	37
Lucros Acumulados		224	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>348</b>	<b>378</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.181</b>	<b>2.511</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita de serviços	7	1.487	1.686
Custo dos serviços prestados	8.1	(718)	(665)
<b>Lucro bruto</b>		<b>769</b>	<b>1.021</b>
Despesas			
Gerais e administrativas	8.2	(176)	(160)
Tributárias	8.3	(13)	(13)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1	-
		<b>(188)</b>	<b>(173)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>581</b>	<b>848</b>
Receitas financeiras		45	55
Despesas financeiras		(34)	(30)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		89	(178)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>100</b>	<b>(153)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>681</b>	<b>695</b>
Imposto de renda e contribuição social	14	(232)	(237)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>449</b>	<b>458</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	19	4,83	4,92

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Total da Reserva de Lucros		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	19	<b>93</b>	<b>11</b>	<b>19</b>	<b>381</b>	<b>400</b>	-	<b>504</b>
Autorização AGO de 2024 para pgto. de dividendos	19.1.c	-	-	-	(381)	(381)	458	(381)
Lucro líquido do exercício	19.1.b	-	-	-	-	-	-	458
Resultados abrangentes		-	26	-	-	-	-	26
Dividendos mínimos obrigatórios	19.1.b	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	229	229	(229)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>93</b>	<b>37</b>	<b>19</b>	<b>229</b>	<b>248</b>	-	<b>378</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	19	<b>93</b>	<b>37</b>	<b>19</b>	<b>229</b>	<b>248</b>	-	<b>378</b>
Autorização AGO de 2025 para pgto. de dividendos	19.1.c	-	-	-	(229)	(229)	-	(229)
Resultados abrangentes	19.1.b	-	(25)	-	-	-	-	(25)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	449	449
Dividendos mínimos obrigatórios	19.1.c	-	-	-	-	-	(225)	(225)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>93</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>224</b>	<b>348</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>449</b>	<b>458</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	15	30	39
Depreciação e amortização	17 e 18	271	228
Resultado com alienação / valor residual de bens baixados do ativo imobilizado e intangível	17 e 18	7	-
Perdas com processos judiciais e administrativos	16	8	12
Tributos sobre o lucro	14	232	237
Encargos financeiros - terceiros		19	25
Encargos financeiros - empresas do sistema Petrobras	9	10	11
Variação cambial sobre operações com empresas do sistema	9	(85)	172
<b>Redução (aumento) de ativos</b>			
Contas a receber - terceiros		(15)	(37)
Contas a receber – Sistema Petrobras		33	57
Estoques		24	-
Adiantamentos a fornecedores		(5)	-
Depósitos judiciais		-	(1)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Fornecedores		(71)	85
Impostos e contribuições		(18)	(20)
Benefícios a empregados		-	14
Provisão para processos judiciais e administrativos		(35)	2
Adiantamentos de clientes		(56)	(56)
Outros		6	5
Tributos sobre o lucro pagos		(342)	(485)
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>462</b>	<b>746</b>
Aquisições de imobilizados e intangíveis	17 e 18	(238)	(235)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>		<b>(238)</b>	<b>(235)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Amortizações de principal		(11)	(5)
Amortizações de juros		-	(1)
Dividendos pagos a empresas do sistema Petrobras		(242)	(399)
Dividendos pagos a terceiros		(232)	(382)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos</b>		<b>(485)</b>	<b>(787)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>(261)</b>	<b>(276)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		658	934
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>397</b>	<b>658</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Prestação de serviços	1.823	2.061
	<b>1.823</b>	<b>2.061</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(373)	(364)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	(84)	(30)
	<b>(457)</b>	<b>(394)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.367</b>	<b>1.667</b>
Depreciação e amortização	(271)	(228)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.095</b>	<b>1.439</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	45	55
	<b>45</b>	<b>55</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.140</b>	<b>1.494</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e administradores</b>		
<b>Remuneração direta</b>		
Salários	99	88
Participações nos lucros ou resultados	23	18
Remuneração variável	2	7
	<b>124</b>	<b>113</b>
<b>Benefícios</b>		
Vantagens	38	32
Plano de aposentadoria e pensão	14	14
Plano de saúde	40	44
	<b>92</b>	<b>90</b>
<b>FGTS</b>	10	10
	<b>226</b>	<b>213</b>
<b>Tributos</b>		
Federais	388	413
Estaduais	131	201
Municipais	1	1
	<b>520</b>	<b>615</b>
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>		
Juros, variações cambiais e monetária	(55)	208
	<b>(55)</b>	<b>208</b>
<b>Acionistas</b>		
Dividendos	225	229
Lucros retidos	224	229
	<b>449</b>	<b>458</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>1.140</b>	<b>1.494</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>449</b>	<b>458</b>
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	15	(23)	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	(2)
		<b>(25)</b>	<b>26</b>
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>424</b>	<b>484</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (“TBG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, com sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro.

As fontes de receita da Companhia são, principalmente, oriundas do transporte de gás mediante contratos firmados, com a maior parcela da capacidade de transporte contratada com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), o qual é a controladora da Companhia.

Desde a sua constituição em abril de 1997, a TBG é uma empresa do Sistema Petrobras, por intermédio de suas controladas ou mesmo diretamente, que detém 51% das ações com direito a voto da sociedade.

As receitas da TBG são obtidas a partir do faturamento de contratos de transporte de gás natural TCO (cuja vigência está prevista para 2041), CPAC (vigência prevista para 2030) e dos contratos diários, mensais, trimestrais e anuais, ofertados a todo o mercado a partir de Processo de Oferta e Contratação de Capacidade realizado anualmente sob a supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Uma das peculiaridades destes contratos é a existência de cláusulas para cobrança do encargo de reserva de capacidade de transporte, conhecidas também como *Ship-or-Pay (SoP)*. A partir dessas cláusulas, os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado. Segue abaixo quadro com as quantidades contratadas em 2025.

Contratos	Capacidade (Milhões m <sup>3</sup> /dia)	Receita Operacional Bruta - R\$	Término
Contratos firmes	E <sup>(1)</sup> - 16.758 S <sup>(2)</sup> - 14.319	1.532	31/12/2025
TCO	6,0	54	04/09/2041
CPAC	5,2	54	30/09/2030

(1) - Entrada.

(2) - Saída.

### CONTA REGULATÓRIA - ANP

Conforme dispõe a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (“Lei do Gás”), em especial o art. 13, §§ 1º a 3º, os serviços de transporte de gás natural são oferecidos no regime de contratação de capacidade por entrada e saída, devendo o cômputo da receita máxima permitida de transporte e o cálculo das tarifas considerar os determinantes de custos do sistema, bem como critérios de eficiência e competitividade, nos termos da regulação da ANP. Nesse contexto, adota-se o modelo de “Regulação por Receita Máxima” (“*Revenue Cap Regulation*”), pelo qual o regulador define, com base em metodologia tarifária previamente estabelecida, uma Receita Máxima Permitida (RMP) para o transportador ao longo de cada ciclo tarifário, de forma a assegurar a recuperação prudente dos custos eficientes e a remuneração adequada do capital investido.

Considerando a previsão regulatória constante da Resolução ANP nº 991/2026, em especial o art. 13, § 1º (atribuição à conta regulatória da diferença entre a receita efetivamente obtida e a RMP) e o art. 13, § 5º (reversão do saldo às tarifas, mediante ajuste da RMP de períodos subsequentes), eventuais diferenças entre a RMP da transportadora e a receita efetivamente auferida durante o período tarifário deverão ser reconciliadas por meio do mecanismo denominado Conta Regulatória, cujo saldo resultante (a maior ou a menor) integrará a RMP futura.

Com relação à aplicação do Saldo de Conta Regulatória na RMP, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou em 14 de abril de 2022 (Resolução de Diretoria nº 193/2022) a utilização de 50% da diferença entre as estimativas de custos e despesas aprovadas e o efetivamente gasto como abatimento na RMP prevista para 2024, no valor de R\$ 95. Além disso, na Chamada Pública 04/2022, a ANP determinou o abatimento do restante da diferença de custos e despesas no valor estimado de R\$ 95 na RMP de 2023 (Nota Técnica nº 007/2022/SIM-CGN/SIM/ANP-RJ).

Adicionalmente, para o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade 2023, com a inclusão do ano de 2025 no Ciclo Regulatório 01, a TBG propôs o abatimento de parte do Saldo de Conta Regulatória correspondente à (i) variação da Receita dos anos de 2020 a 2022, no montante de R\$ 105, integralmente no ano de 2025; e (ii) variação da RMP pela decisão de reavaliação da Base Regulatória de Ativos (BRA) pela ANP do ano de 2020 (Nota Técnica ANP nº 1/2021/SIM) no valor de R\$ 136, dividida em duas parcelas nos anos de 2024 e 2025. Todos os valores a preços de dezembro/2019 e ratificados através da Nota Técnica nº 8/2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ, totalizando um abatimento de R\$ 592 nos anos de 2023 a 2025, relativos à apuração de Conta Regulatória de 2020 a 2022.

A apuração parcial do saldo da Conta Regulatória de 2020 a 2025 é demonstrada no quadro abaixo. Cabe destacar que esses valores são a melhor estimativa e podem sofrer alteração caso a metodologia e as premissas de cálculo adotadas pela TBG sejam diferentes das futuramente definidas pela ANP.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Apuração Anual	(257)	(164)	(171)	(61)	(93)	(160)
Receita Adicional	(141)	(116)	(77)	(39)	(70)	(148)
Modalidade de Valores Adicionais	-	(116)	(77)	(39)	(70)	(148)
Penalidades	-	(25)	(41)	(17)	(4)	(12)
Penalidade por Desequilíbrio (PDP)	-	(7)	(5)	(3)	-	(8)
Penalidade de Variação (PVD)	-	(8)	(9)	(2)	(3)	(4)
Penalidade de Variação Instantânea (PVI)	-	(10)	(27)	(12)	(1)	-
Excedentes	(5)	(26)	(18)	(2)	(11)	(51)
Excedente Autorizado	(1)	(3)	(1)	-	(7)	(33)
Excedente Não Autorizado	(4)	(23)	(17)	(2)	(4)	(18)
Contratos de Curto Prazo	-	(65)	(1)	(5)	(42)	(68)
Diário	-	-	(1)	(3)	(7)	(45)
Mensal	-	(6)	-	-	-	(4)
Trimestral	-	(59)	-	(2)	(35)	(18)
Flexível Anual	-	-	-	-	-	(1)
Variação do POCC   MI x PG	-	-	-	-	-	(11)
Extraordinário/Outros	(136)	-	(17)	(15)	(13)	(6)
Frustração de Receita	-	45	47	3	1	6
Variação do POCC   MI x PG	-	45	47	3	-	-
Inadimplência não Coberta pela Garantia	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1	6
Opex (Orçado x Realizado)	(101)	(92)	(124)	(26)	(29)	(25)
Depreciação Capex (Orçado x Realizado)	(15)	(1)	(17)	1	5	7
Compensação	-	-	-	95	163	334
Novos Investimentos	-	-	-	-	95	-
Compensação na Tarifa de Transporte	-	-	-	95	68	334
Saldo Anual	(257)	(164)	(171)	34	70	174
Saldo Acumulado	(257)	(421)	(592)	(558)	(488)	(314)

Conforme Ofício nº 427/2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ de 17/11/2023, a ANP definiu que a Conta Regulatória será ajustada pela SELIC, resultando, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 543.

Cumprido destacar que, com a edição da Resolução ANP nº 991, de 2 de janeiro de 2026 (RANP 991), a Conta Regulatória passou a contar com disciplina regulatória específica, deixando de subsistir a premissa de que suas regras e condições de funcionamento dependeriam de regulamentação futura para adequação ao novo marco legal (Lei nº 14.134/2021 e Decreto nº 10.712/2021). Nessa linha, a RANP 991 estabelece expressamente que as diferenças anuais entre a receita efetivamente obtida e a RMP no âmbito de um mesmo ciclo tarifário serão atribuídas à Conta Regulatória (art. 13, § 1º), bem como disciplina sua reversão às tarifas por meio de ajuste da RMP em períodos subsequentes (art. 13, § 5º), além de prever critérios adicionais (p.ex., hipóteses de recuperação excessiva/insuficiente, limites de repasse e obrigações de transparência). Assim, eventuais referências operacionais constantes da Nota Técnica 13/2019-SIM e tratamentos caso a caso pela ANP tendem a ser aplicáveis apenas de forma residual e naquilo que não conflitar com o regramento atualmente vigente na RANP 991.

Considerando as recentes decisões do regulador de utilizar os montantes acumulados na Conta Regulatória para abatimento de RMP futuras e do não atendimento do requisito obrigacional necessário para provisão, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais valores não são registrados nas demonstrações financeiras.

---

## **2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir:

- Criação da rubrica de estoques, no ativo circulante, e obrigações sociais e trabalhistas; e
- Segregação da rubrica de impostos a recuperar e recolher entre tributos sobre os lucros e impostos e contribuições.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 05 de março de 2026, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

### **2.1 DEMONSTRAÇÃO VALOR ADICIONADO**

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

## 2.2 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

---

## 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

---

## 4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social.

### 4.1 AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

#### 4.1.1 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DE ESTIMATIVAS

A Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos considerando todo o sistema de transporte de gás natural como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), uma vez que os fluxos de caixa são interdependentes e não identificáveis de forma individualizada por ativos ou trechos do sistema.

Os testes de impairment envolvem incertezas relacionadas principalmente às projeções de volumes transportados e receitas, às taxas de desconto utilizadas e às estimativas de custos operacionais, investimentos futuros e vida útil dos ativos. A determinação do valor em uso requer elevado grau de julgamento, uma vez que se baseia no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados da UGC.

As projeções utilizadas são derivadas do planejamento estratégico e orçamentário da Companhia e refletem premissas consideradas razoáveis e consistentes com o ambiente regulatório vigente, os contratos de transporte firmados e as condições operacionais do sistema. Mudanças no ambiente econômico, regulatório ou de mercado podem resultar em revisões dessas premissas e, conseqüentemente, no reconhecimento de perdas por desvalorização ou reversões de impairment.

As taxas de desconto refletem os riscos específicos associados aos fluxos de caixa projetados da UGC, incluindo riscos regulatórios, operacionais e macroeconômicos. Revisões nas estimativas de vida útil dos ativos ou nos investimentos necessários para a manutenção e operação do sistema também podem impactar os resultados dos testes de recuperabilidade.

#### 4.1.2 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

##### i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é reavaliado, a cada data de apresentação, com a finalidade de apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

O risco de crédito é avaliado pelo histórico dos clientes, permanentemente, para proteção do contas a receber/caixa.

##### (ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando-se taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indícios de perdas tanto nos ativos financeiros como nos ativos não financeiros.

#### 4.2 FONTES DE INCERTEZA EM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Tempo de vida útil médio em anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis	10
Equipamento e instalações de processamento de dados	5
Equipamento e instalações de comunicação	5
Veículos	4

#### 4.3 FONTES DE INCERTEZA EM BENEFÍCIOS DE PENSÃO E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa – 15.2.1 - Movimentação do valor presente da obrigação (VPO).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

**a) Taxa de desconto** - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

**b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares** - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Em conjunto com outras premissas atuariais, a taxa de desconto e taxa de variação de custos médicos e hospitalares são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

As incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas nas notas explicativas 15.2.2 e 15.2.3, respectivamente.

#### **4.4 FONTES DE INCERTEZA EM PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

#### **4.5 FONTES DE INCERTEZA EM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que tais interpretações diverjam do entendimento da Companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. Os riscos tributários identificados são prontamente avaliados, tratados e, quando aplicável, deliberados conforme previsto na Política Tributária, aprovada pelo Conselho de Administração.

Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro corrente ou diferido. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

Na medida que a Companhia conclua que não é provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras devem refletir essa incerteza na mensuração dos tributos sobre o lucro corrente ou diferido.

O efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto é estimado utilizando o método que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza. O método do valor mais provável fornece como estimativa o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis, enquanto o método do valor esperado representa a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis.

## 5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

### 5.1 INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desreconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 – Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

<p><i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures Amendments to IFRS 19</i></p>	<p>A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras. As emendas à IFRS 19 promoveram a redução dos requerimentos de divulgações para novas normas ou emendas emitidas entre fevereiro de 2021 e março de 2024.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).</p>	<p>1º de janeiro de 2027 com regras específicas.</p>
<p><i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21</i></p>	<p>As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para modificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação: (a) seus resultados e posição financeira, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e (b) os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.</p> <p>As emendas esclarecem que:</p> <p>a. Uma entidade com moeda funcional não-hiperinflacionária deve converter todos os valores das demonstrações financeiras (incluindo os comparativos) para a moeda de apresentação utilizando a taxa de fechamento na data do último relatório.</p> <p>b. Para uma operação estrangeira com moeda funcional não-hiperinflacionária, a entidade deve converter todos os valores (exceto os comparativos) utilizando a taxa de fechamento na data do último relatório e rerepresentar os valores comparativos aplicando o índice geral de preços.</p>	<p>1º de janeiro de 2027 com regras específicas.</p>

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

## 5.2 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos as normas contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integral ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025, bem como as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	Normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) equivalentes	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)	1º de janeiro de 2027

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 5.1.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Aplicações financeiras de curto prazo	397	658
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>397</b>	<b>658</b>

O montante está distribuído em CDBs dos bancos Bradesco, Santander, Votorantim, BTG e Safra, com rendimento acumulado de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com liquidez diária, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

### Prática contábil

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

## 7. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 7.1. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

A Companhia atua no segmento de transporte de gás natural, sendo responsável pela operação, manutenção e integridade de um sistema de gasodutos de grande porte, intensivo em capital, regulado e estrategicamente relevante para o setor energético brasileiro. Diferentemente de entidades que comercializam bens ou commodities, a TBG não auferre receitas pela venda do gás natural, mas sim pela prestação do serviço de transporte, permitindo que o gás seja recebido em determinados pontos da malha, transportado ao longo do sistema e reentregue em zonas e pontos previamente definidos, conforme programação operacional.

	2025	2024
Receita bruta de serviços de transporte - (nota 21 (a))	828	1.332
Receita bruta de direitos não exercidos ( <i>ship-or-pay</i> ) - (nota 21 (a)) (i)	140	269
Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema (EGUS) (nota 21 (a))	120	156
Receita de aluguel de faixa (nota 21 (a))	12	12
<b>Total da receita bruta de prestação de serviços Petrobras (nota 21 (a))</b>	<b>1.100</b>	<b>1.769</b>
Receita bruta de prestação de serviços - Outros Clientes	602	182
Receita bruta de direitos não exercidos ( <i>ship-or-pay</i> )	68	75
Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema (EGUS)	53	32
Outras receitas	-	3
<b>Total da receita bruta de prestação de serviços - Outros Clientes</b>	<b>723</b>	<b>292</b>
<b>Total da receita bruta</b>	<b>1.823</b>	<b>2.061</b>
ICMS	(184)	(201)
ISS	(1)	(1)
PIS	(27)	(31)
COFINS	(124)	(142)
<b>Total dos tributos incidentes sobre faturamento</b>	<b>(336)</b>	<b>(375)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.487</b>	<b>1.686</b>

(i) A variação negativa nas receitas com direitos não exercidos (*ship-or-pay*) referem-se ao cliente Petrobras em (R\$ 129) e Outros Clientes, no montante de (R\$ 7).

Em 31 de dezembro de 2025, houve aumento nas receitas de prestação de serviços - Outros Clientes, em R\$ 420, resultante, principalmente, da entrada de novos clientes e, conseqüente, aumento no volume transportado. Em 31 de dezembro de 2025, havia 16 clientes e foram transportados 141.720.759 MMBTU (em 31 de dezembro de 2024, havia 7 clientes e o transporte foi de 60.596.125 MMBTU).

Para o funcionamento do regime de Entrada e Saída é necessário o estabelecimento de um “regime de balanceamento do sistema de transporte”, que determina regras contratuais visando ao equilíbrio entre injeções e retiradas de gás natural necessário para o bom funcionamento da rede de gasodutos, sendo a compra e venda de gás de terceiros uma ferramenta que o transportador pode acionar em suas ações residuais de balanceamento. Em 2025, foram contratados R\$ 173 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2024) para fins de balanceamento da rede de transporte da TBG. Cabe destacar que os valores contratados são compostos pelos custos (nota explicativa 8.1), acrescidos de tributos, como receita tarifária da TBG.

## 7.2. OBRIGAÇÕES DE DESEMPENHO RESTANTES

Existem contratos de serviços assinados até 31 de dezembro de 2025, com prazos superiores a um ano, em que se estabelece uma quantidade de serviços para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores remanescentes desses contratos ao final de 2025, tendo como base suas quantidades de serviços prestados, bem como preços na data-base em 31 de dezembro de 2025 ou praticados em serviços recentes quando esses refletirem a informação mais diretamente observável:

	Expectativa de realização até em 1 ano	Expectativa de realização após 1 ano	Total dos contratos
Contratos firmes	561	162	723
Contratos legados	72	709	781
	<u>633</u>	<u>871</u>	<u>1.504</u>

As receitas serão reconhecidas mediante transferência dos serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e período de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

A tabela acima não inclui informações sobre contratos com clientes com duração inferior a um ano.

## 7.3. PASSIVOS DE CONTRATOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 755 (R\$ 890 em 2024) em adiantamentos relacionados, principalmente, a contratos de *take e ship or pay*, a serem compensados com serviços futuros de transporte de gás natural ou pelo não exercício do direito pelo cliente, classificados principalmente, no passivo não circulante.

### Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes para transporte de gás natural, que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica serviços distintos prometidos em cada um deles.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de performance.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos com clientes, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercado.

Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de performance.

As prestações de serviços são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

## 8. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

### 8.1. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Depreciação e amortização	(265)	(223)
Gastos com pessoal	(142)	(132)
Manutenção, conservação e reparos	(97)	(93)
Aluguel	(20)	(14)
Consumo de material	(12)	(16)
Utilização de sistemas de comunicação	(2)	(2)
Serviço de apoio operacional e outros	(41)	(29)
Despesa de viagens	(5)	(6)
Custo fixo de balanceamento	(136)	(155)
Consumo de energia (i)	2	5
	<b>(718)</b>	<b>(665)</b>

(i) Recuperação do ICMS do gás utilizado no sistema de transporte.

Em 31 de dezembro de 2025, a depreciação do Gasoduto e de bens operacionais representou a maior variação no grupo de custos de operação e manutenção do gasoduto, perfazendo um acréscimo R\$ 48 em relação aos custos de 2024. Além desta, o custo fixo de balanceamento representou uma redução de R\$ 19 em relação aos custos de 2024. Entretanto, cabe mencionar que tais custos, informados por seus valores líquidos de tributos, foram repassados aos clientes via faturamento (tributos inclusos), conforme nota explicativa 7, na rubrica “Receita de balanceamento e Encargo do Gás para Uso no Sistema (EGUS)”.

### 8.2. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Gastos com pessoal	(100)	(97)
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(9)	(4)
Processos judiciais e administrativos	(10)	(12)
Imóveis	(3)	(2)
Serviços contratados	(27)	(20)
Honorários advocatícios	-	(2)
Depreciação e amortização	(7)	(5)
Viagens	(3)	(3)
Comunicação e gerais	(17)	(15)
	<b>(176)</b>	<b>(160)</b>

Em 31 de dezembro de 2025, houve aumento nas despesas em R\$ 16, resultante, principalmente, pelo acréscimo de serviços contratados (R\$ 7) e honorários da Diretoria e do Conselho de Administração. O aumento nas despesas com honorários, em R\$ 5, resultante, principalmente, da eleição de novos diretores. Em 2025, havia 4 diretores em média (em 31 de dezembro de 2024, havia 2 diretores em média).

### 8.3. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
INSS	(13)	(13)
	<b>(13)</b>	<b>(13)</b>

## 9. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>45</b>	<b>55</b>
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	45	55
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(34)</b>	<b>(30)</b>
Fornecedores	(15)	(9)
Empresas do Sistema Petrobras (nota 21 (a))	(10)	(11)
Juros sobre dividendos - demais acionistas	(9)	(10)
<b>Variação cambiais, líquidas</b>	<b>89</b>	<b>(178)</b>
Fornecedores	4	(6)
Empresas do Sistema Petrobras (nota 21 (a))	85	(172)
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>(153)</b>

O aumento apresentado no resultado financeiro em 31 de dezembro de 2025 ocorre, principalmente, pela valorização do real em relação ao dólar norte-americano (dólar) em 11,14% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As variações cambiais no montante de R\$ 89 estão representadas pelas oscilações nos valores de passivos circulantes (Fornecedores - R\$ 4) e de passivos não circulantes (Contrato de Pré-Pagamento TCO - R\$ 85).

## 10. CONTAS A RECEBER

### 10.1 CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2025	2024
<b>Terceiros</b>		
Recebíveis de contratos com clientes	67	35
<b>Subtotal - Terceiros</b>	<b>67</b>	<b>35</b>
Recebíveis de contratos com clientes - Petrobras	72	105
<b>Subtotal - Partes relacionadas (nota explicativa 21)</b>	<b>72</b>	<b>105</b>
<b>Total do contas a receber, líquidas</b>	<b>139</b>	<b>140</b>

A variação apresentada em 31 de dezembro de 2025 ocorre, principalmente, pelo acréscimo de operações com clientes terceiros (R\$ 32), em contrapartida da redução ocorrida com cliente Petrobras (R\$ 33). Os detalhes destas variações estão descritas na nota 7.1. Receita de prestação de serviços de contratos com clientes.

## 10.2. AGING DO CONTAS A RECEBER - TERCEIROS

	2025	2024
A vencer	67	35
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>35</b>

### Prática contábil

As contas a receber são registradas pelo valor dos direitos decorrentes das prestações de serviços, reconhecidos quando a Companhia transfere ao cliente os serviços contratados. Esses valores são inicialmente registrados ao valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado.

A Companhia atualmente não constitui provisão para perdas esperadas com base na análise do histórico de inadimplência, comportamento dos clientes, perfil de aging e projeções de risco futuro.

## 11. ESTOQUES

	2025	2024
Gás natural	27	-
<b>Total de estoques</b>	<b>27</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques da Companhia totalizavam R\$ 27, compostos principalmente por gás natural.

### Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

Na apuração do valor de realização líquido, a verificação dos itens em estoque de produtos é feita agrupando unidades semelhantes por famílias com a mesma característica ou finalidade. As variações dos preços de venda após a data base das demonstrações financeiras são consideradas no cálculo do valor realizável líquido, à medida que confirmem as condições existentes na referida data base.

## 12. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2025	2024
Adiantamentos para aquisição de equipamentos, materiais e outros	8	3
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>

### 13. FORNECEDORES

	2025	2024
Terceiros no país	128	142
Terceiros no exterior	22	59
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>201</b>

A redução do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 ocorre, principalmente, pelos pagamentos de serviço de overhaul de turbinas (R\$ 43) e aquisição de gás natural para uso do sistema (R\$ 24).

### 14. TRIBUTOS

#### 14.1. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

No Brasil, os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

#### Demonstração de resultado

A demonstração dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	681	695
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(232)	(237)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do período	(232)	(237)
Corrente	(171)	(175)
Diferido	(61)	(62)
Alíquota efetiva	34%	34%

#### 14.1.1 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	232	237
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	(30)	61
Provisão para processos judiciais e administrativos	(9)	2
Provisões temporárias	(2)	(4)
Depreciação fiscal do gasoduto	63	57
Benefícios concedidos a empregados	10	13
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<b>264</b>	<b>366</b>

#### 14.1.2 DIFERIDO:

	2025	2024
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	199	262
Provisão para processos judiciais e administrativos	(15)	(24)
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	4	(27)
Benefícios a empregados	(78)	(70)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado (efeito acumulado)	110	141
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	11	9
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>150</b>

#### Composição:

Natureza	Fundamento para realização	2025	2024
Imobilizado – Depreciação	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(199)	(262)
Provisão para processos judiciais e administrativos	Pagamento e reversão da provisão	15	24
Benefícios concedidos a empregados	Pagamento e reversão da provisão	67	61
Outros	Variação cambial, pelo regime de caixa	(4)	27
<b>Total</b>		<b>(121)</b>	<b>(150)</b>
Impostos diferidos ativos		78	112
Impostos diferidos passivos		(199)	(262)

#### 14.1.3 DEMAIS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

	2025	2024
Imposto de renda antecipado e retido na fonte	70	80
Contribuição social antecipado e retido na fonte	24	27
Tributos sobre o lucro – ativo circulante	<b>94</b>	<b>107</b>

	2025	2024
IRRF sobre aplicações	10	15
ICMS	17	15
PIS / COFINS a recuperar	6	6
Impostos e contribuições – ativo circulante	<b>33</b>	<b>36</b>

	2025	2024
INSS Autônomo	2	1
ISS	2	1
PIS / COFINS a recolher	8	9
ICMS	7	14
IRRF sobre aplicações	2	1
Impostos e contribuições – passivo circulante	<b>21</b>	<b>26</b>

### **Prática contábil**

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. A despesa do exercício é reconhecida no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

#### **a) Tributos diferidos sobre o lucro**

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

Este reconhecimento refere-se a todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os tributos sobre o lucro são apresentados de forma líquida quando existe direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos referem-se a tributos sobre o lucro administrados pela mesma autoridade tributária e atribuíveis à mesma entidade tributável.

## **14.2. REFORMA TRIBUTÁRIA**

A Emenda Constitucional 132/2023 instituiu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo, promovendo a substituição de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um novo modelo composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal, e pelo Imposto Seletivo (IS). O IBS e a CBS apresentam as principais características de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como base ampla de incidência, não cumulatividade, não compõe a própria base de cálculo (cobrança por fora), legislação uniforme, isenção para exportações e incidência sobre importações.

A implementação da Reforma teve início em 1 de janeiro de 2026, com a aplicação de alíquotas-teste do IBS e da CBS. Em 2027, está prevista a implantação integral da CBS, a extinção do PIS e da COFINS e o possível início da cobrança do IS. Entre 2029 e 2032, haverá redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS, enquanto a do IBS será progressivamente ampliada, até a extinção total de ICMS e ISS em 2033, consolidando o novo sistema tributário sobre o consumo.

No que se refere aos créditos fiscais de PIS, COFINS e ICMS registrados no ativo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avalia que esses créditos permanecem válidos, conforme dispositivos constitucionais do período de transição, não havendo previsão de extinção ou impedimento à sua recuperação em decorrência da Reforma.

Apesar dos avanços da Reforma, ainda permanecem incertezas relevantes quanto à definição das alíquotas dos novos tributos, à regulamentação de regimes especiais para determinados setores, à operacionalização dos créditos tributários, à implementação de mecanismos como o split payment e à edição de regras complementares para setores regulados, o que impede a realização de uma estimativa confiável dos impactos da Reforma.

Em razão dessas incertezas, os impactos da Reforma somente serão conhecidos após o processo de regulamentação dos temas que ainda carecem de definição. Conseqüentemente, não há qualquer efeito dessas mudanças nas demonstrações financeiras da TBG em 31 de dezembro de 2025.

## 15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

	2025	2024
Provisão de férias, salário e encargos	31	25
Encargos	16	16
<b>Benefícios a empregados - total circulante</b>	<b>47</b>	<b>41</b>
Benefícios a empregados	180	128
<b>Total não circulante</b>	<b>180</b>	<b>128</b>

### 15.1. PROGRAMAS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros ou resultados; e b) Prêmio por desempenho.

A soma do montante total para pagamento do Programa Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e do Programa de Prêmio por Desempenho (PRD) está limitado a 6,25% do lucro líquido apurado em cada exercício.

	2025	2024
Participações de lucros e desempenho	26	32
	<b>26</b>	<b>32</b>

#### Participação nos lucros ou resultados – PLR

A Participação nos lucros ou resultados (PLR) é um mecanismo de remuneração variável que visa compartilhar os resultados da Companhia com seus colaboradores. A partir de 2023, a PLR passou a ser a principal prática de remuneração variável da Companhia, abrangendo também os ocupantes de função gratificada, e prever limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes.

A PLR, aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Governo Federal, é regida por um regramento que inclui critérios como gatilhos e limites para pagamento tais como:

- Declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pelo Conselho de Administração (CA);
- Apuração de lucro líquido no exercício de referência e atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%; e
- O valor total para pagamento da PLR está limitado a 6,25% do lucro líquido.

No exercício de 2025, a TBG:

- Pagou o valor de R\$ 20 referente a PLR, considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e
- Provisionou o valor de R\$ 21 (R\$ 18 em 2024), registrado em despesas gerais e administrativas.

### **Programa de prêmio por desempenho - PRD**

O Programa prêmio por desempenho (PRD) tem como objetivo reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da TBG. O prêmio de cada empregado é definido pelo atingimento de métricas de topo – Investimento no Ativo Existente, Assertividade dos Gastos Operacionais Gerenciáveis, Lucro Líquido, Proposta Tarifária, Projeto de Reclassificação de Classe de Locação, Volume de Gás Natural Vazado e Avanço de Implementação do Plano Gás de Efeito Estufa (GEE), além das metas específicas, que incluem a nota de desempenho (GD) para todos os empregados, exceto gerentes e equivalentes, que têm como base o scorecard (métricas) de sua respectiva área.

O PRD é acionado mediante a declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pelo Conselho de Administração (CA), e a obtenção de lucro líquido no exercício. O montante total utilizado para pagamento a todos os participantes é limitado a um percentual do Lucro Líquido e/ou do EBITDA do exercício.

No exercício de 2025, a TBG:

- Pagou o valor de R\$ 9 referente aos programas de prêmio, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da Companhia e o desempenho individual dos empregados, referente aos programas anteriores; e
- Provisionou o valor de R\$ 5 (R\$ 14 em 2024), registrado em outras despesas gerais e administrativas, incluindo o programa de prêmio vigente da TBG.

### **Prática contábil**

As provisões dos programas de remuneração variável (PLR e PRD) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **15.2. NATUREZA E RISCOS ASSOCIADOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS**

### **Plano de Saúde**

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento e no acordo coletivo de trabalho (ACT), e está aberto a novos empregados.

O plano é patrocinado pela Petrobras, Transpetro, PBIO, TBG e Termobahia, e está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de coberturas e a um maior nível de utilização dos benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados, aposentados e pensionistas realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de grande risco e contribuições variáveis referentes ao custo dos demais procedimentos médicos e odontológicos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas a partir de parâmetros, como o salário e faixas de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso ou aquisição e entrega em domicílio, com coparticipação dos beneficiários.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela Companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no regulamento e no ACT, sendo, atualmente, 70% pela Companhia e 30% pelos participantes. Essa relação de custeio foi retomada a partir de abril de 2024, por meio de aditivo ao acordo coletivo de trabalho com as entidades sindicais.

### Planos de pensão

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

O plano de pensão complementa a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

<b>PP2</b>	
<b>Modalidade</b>	Contribuição Variável [parcela BD + parcela CD]
<b>Participantes do plano</b>	Este Plano foi implementado em 2007, abrangendo os empregados e ex-empregados provenientes de novos concursos ou que se deslocaram de outros planos existentes.
<b>Novas Inscrições</b>	Aberto
<b>Pagamentos de aposentadoria</b>	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
<b>Outros benefícios gerais</b>	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
<b>Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano</b>	Pagamentos mensais de benefício definido (vitalício) atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
<b>Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela Companhia aos planos</b>	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

## Revisão anual dos planos de pensão

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 15.2.1 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

### 15.2.1. VALORES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA TBG RELACIONADOS A PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

#### a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da Companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

Informações sobre as variações das principais premissas aplicadas à revisão atuarial estão dispostas no quadro da nota 15.3.3 – Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	2025			2024		
	Plano de pensão	Plano de saúde		Plano de pensão	Plano de saúde	
	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total	PP2	AMS - Saúde Petrobras	Total
<b>Valores reconhecidos no balanço patrimonial</b>						
Valor presente das obrigações (VPO)	50	180	230	46	121	167
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(51)	-	(51)	(39)	-	(39)
Superávit Não Recuperável	1	-	1	-	-	-
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>180</b>	<b>180</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>128</b>
<b>Movimentação do passivo atuarial líquido</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>128</b>	<b>11</b>	<b>107</b>	<b>118</b>
<b>Reconhecido no resultado - despesas</b>	<b>1</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>37</b>	<b>38</b>
Custo do serviço corrente	-	13	13	-	26	26
Custo dos juros líquidos	1	16	17	1	11	12
<b>Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes</b>	<b>(7)</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>(5)</b>	<b>(23)</b>	<b>(28)</b>
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	(7)	30	23	(5)	(23)	(28)
<b>Efeito caixa</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamento de contribuições	(1)	-	(1)	-	-	-
<b>Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>180</b>	<b>180</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>128</b>

## b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	2025			2024		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
	PP2	AMS - Saúde Petrobras		PP2	AMS - Saúde Petrobras	
<b>Movimentação</b>						
<b>Valor presente das obrigações no início do exercício</b>	<b>45</b>	<b>121</b>	<b>166</b>	<b>53</b>	<b>107</b>	<b>160</b>
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>3</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>18</b>
Custo dos juros	6	16	22	5	-	5
Custo do serviço corrente	-	13	13	-	5	5
Contribuições dos Empregados	1	-	1	1	6	7
Benefícios pagos	(4)	-	(4)	1	-	1
<b>Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>(13)</b>	<b>2</b>	<b>(11)</b>
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	1	(15)	(14)	7	5	12
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	1	45	46	(19)	(3)	(22)
Outros	-	-	-	(1)	-	(1)
<b>Valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b>50</b>	<b>180</b>	<b>230</b>	<b>46</b>	<b>121</b>	<b>167</b>

## c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

A TBG possui um plano, o PP2, cuja maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio.

A evolução do ativo garantidor reflete essas características dos planos, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

	2025			2024		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
	PP2	AMS - Saúde Petrobras		PP2	AMS - Saúde Petrobras	
<b>Movimentação</b>						
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>43</b>
<b>Reconhecido no resultado - despesas</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>
Receita de juros	4	-	4	4	-	4
<b>Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>
Remensuração: Retorno sobre os Ativos maior/(menor) que a Taxa de Desconto	10	-	10	(6)	-	(6)
<b>Outros</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
Contribuições pagas pela empresa	1	-	1	1	-	1
Contribuições de participantes	1	-	1	1	-	1
Benefícios Pagos pelo Plano	(4)	-	(4)	(4)	-	(4)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>39</b>

### 15.2.2 INCERTEZAS DE MENSURAÇÃO ASSOCIADAS À OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2025		2024	
	Plano de pensão	Plano de saúde	Plano de pensão	Plano de saúde
	PP2	AMS - Saúde Petrobras	PP2	AMS - Saúde Petrobras
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) <sup>(1)</sup>	11,46%	11,43%	12,95%	12,93%
Taxa real de desconto	7,18%	7,15%	7,48%	7,46%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação)	7,05%	n/a	9,77%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (a.a.)	n/a	16,06% a 3,25%	n/a	13,69% a 3,25%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, desagravada em 10%	AT-2012, feminina, desagravada em 10%	AT-2012, feminina, desagravada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022 desagravada em 40%	Experiência Invalidez PP-2 2022 desagravada em 40%	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, masculina, suavizada em 10%	MI-85, masculina, suavizada em 10%	MI-85, masculina, suavizada em 10%	MI-85, masculina, desagravada em 10%
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60	Homens: 57 anos Mulheres: 56 anos	1ª elegibilidade conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60	Homens: 57 anos Mulheres: 56 anos

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,09% para 2025 e atingindo 3,25% de 2030 em diante.

### 15.2.3. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

2025	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigações atuariais	(5)	8	(23)	28	31	(25)
Custo do serviço e juros	-	1	(3)	4	7	(5)

#### Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria bem como os de assistência médica são provisionadas com base em cálculos atuariais elaborados anualmente por atuários independentes, de acordo com o método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método de crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas

demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (entidade realiza diminuição significativa do número de empregados cobertos por plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor do passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A Companhia também contribui para planos de contribuição variável, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

## 16. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

### 16.1. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais originados do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo não circulante. A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais.

	2025	2024
Cíveis	42	68
Trabalhistas	2	2
	<b>44</b>	<b>70</b>

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>70</b>	<b>65</b>
Adição, líquida de reversão	-	2
Baixa	(21)	(5)
Atualização	(5)	8
<b>Saldo final</b>	<b>44</b>	<b>70</b>

### 16.2. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS NÃO PROVISIONADOS

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2025	2024
Cíveis	297	250
Trabalhistas	7	78
Tributárias	85	24
	<b>389</b>	<b>352</b>

### 16.3. COMPOSIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

Os processos judiciais e administrativos que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. As naturezas desses passivos contingentes não provisionados são:

#### Causas cíveis:

Pleito cível de empreiteira em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor estimado de exposição da TBG em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 169 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2024).

Pleito cível de danos morais em curso, por supostos prejuízos em razão de restrição de imóvel de sua propriedade, em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente R\$127 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2024).

Os pleitos cíveis de natureza indenizatória, movidos por diversos autores, em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente R\$1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024).

#### Causas trabalhistas:

A TBG consta como polo passivo em ações trabalhistas, algumas na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando em 31 de dezembro de 2025 o valor estimado de R\$ 7 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2024). A redução foi motivada pela revisão da expectativa de perda das ações de revisão da metodologia do cálculo de RMNR de perda possível para remota, em função da superação do Precedente Vinculante que anteriormente era desfavorável à Petrobras e empresas do grupo (Tema 13) pelo Pleno do TST.

#### Causas tributárias:

Há também ações decorrentes de contribuições previdenciárias originadas de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor estimado de R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2024).

As contingências relacionadas a pedidos de ressarcimento ou restituição de imposto renda pessoa jurídica e imposto de importação são estimados em de R\$ 25 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2024).

#### Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais, administrativos e arbitrais nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram ser mais provável que ocorra uma obrigação presente do que não e as demais condições para o reconhecimento de uma provisão sejam atendidas, incluindo o desembolso de caixa futuro.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.4.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

## 17. IMOBILIZADO

### 17.1 POR TIPO DE ATIVO

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Imóveis e benfeitorias	Móveis, equipamentos e instalações de escritório	Máquinas e equipamentos operacionais	Equipamentos e instalações de processamento de dados	Equipamentos e instalações de comunicação	Veículos	Estoques de sobressalentes	Imobilizado em andamento (i)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.117</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	-	<b>134</b>	<b>243</b>	<b>1.518</b>
Custo acumulado	5.082	27	4	26	20	9	8	134	243	5.553
Depreciação acumulada	(3.965)	(13)	(3)	(21)	(18)	(7)	(8)	-	-	(4.035)
Adições	7	4	1	6	4	1	15	15	205	258
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Transferências	295	1	-	-	-	-	-	(149)	(201)	(54)
Depreciação e amortização	(255)	(1)	-	(1)	(1)	(1)	(7)	-	-	(266)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.164</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	-	<b>242</b>	<b>1.451</b>
Custo acumulado	5.384	32	5	32	24	10	23	-	242	5.752
Depreciação acumulada	(4.220)	(14)	(3)	(22)	(19)	(8)	(15)	-	-	(4.301)

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Imóveis e benfeitorias	Móveis, equipamentos e instalações de escritório	Máquinas e equipamentos operacionais	Equipamentos e instalações de processamento de dados	Equipamentos e instalações de comunicação	Veículos	Estoques de sobressalentes	Imobilizado em andamento (i)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.205</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>101</b>	<b>186</b>	<b>1.518</b>
Custo acumulado	4.954	24	4	24	20	9	8	101	186	5.330
Depreciação acumulada	(3.749)	(11)	(3)	(21)	(17)	(7)	(4)	-	-	(3.812)
Adições	(2)	3	-	2	-	-	-	33	199	235
Transferências	130	-	-	-	-	-	-	-	(142)	(12)
Depreciação e amortização	(216)	(2)	-	-	(1)	-	(4)	-	-	(223)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.117</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	-	<b>134</b>	<b>243</b>	<b>1.518</b>
Custo acumulado	5.082	27	4	26	20	9	8	134	243	5.553
Depreciação acumulada	(3.965)	(13)	(3)	(21)	(18)	(7)	(8)	-	-	(4.035)

(i) O imobilizado em andamento incluem melhorias operacionais no gasoduto.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, o ativo imobilizado inclui arrendamentos no montante de R\$ 5 em Imóveis e benfeitorias, R\$ 3 em Móveis, equipamentos e instalações de escritório e R\$ 15 em Veículos.  
Em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R\$ de R\$ 3 em Imóveis e benfeitorias.

### Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho da infraestrutura do gasoduto, são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e os sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

A Companhia não possui custos de empréstimos ou operações financeiras incorridos para a obtenção de ativos qualificáveis, dessa forma, não há capitalização de encargos financeiros sobre obras em andamento.

Os ativos depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente e demonstradas na nota explicativa, são: (i) aqueles vinculados diretamente ao transporte de gás; e (ii) os demais bens não relacionados diretamente ao transporte de gás. Os terrenos não são depreciados.

## 18. INTANGÍVEL

### 18.1 POR TIPO DE ATIVO

	Aquisição e desenvolvimento software	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
Custo acumulado	82	82
Amortização acumulada	(59)	(59)
Adições	4	4
Transferências	3	3
Baixas	(2)	(2)
Amortização	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
Custo acumulado	87	87
Amortização acumulada	(64)	(64)

	Aquisição e desenvolvimento software	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
Custo acumulado	70	70
Amortização acumulada	(54)	(54)
Adições	12	12
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
Custo acumulado	82	82
Amortização acumulada	(59)	(59)

### Prática contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1 CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o capital social era de R\$ 93, subscrito e integralizado, estava representado por 93.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 19,88% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 0,12% - Corumbá Holding S.À. R. L.

#### a) Reservas de lucros

##### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve destinação de lucro à reserva legal por esta já ter atingido o limite legal de 20% do capital.

#### b) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025, os valores acumulados de R\$ 12 (R\$ 37 em dezembro de 2024), na rubrica de Outros resultados abrangentes, representam os saldos de remensurações das premissas atuariais vigentes, dos planos de saúde e de previdência privada da Companhia (respectivamente, AMS/Saúde Petrobras e PP2).

As remensurações desses planos são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e compreendem ganhos e perdas atuariais.

#### c) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de dividendos a pagar aos acionistas da TBG é de R\$ 225, referente ao dividendo mínimo obrigatório, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

	2025	2024
<b>Movimentação dos dividendos a pagar</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>229</b>	<b>381</b>
Adição por deliberação da AGO	229	381
Pagamento	(474)	(779)
Atualização monetária	20	22
IRRF sobre atualização monetária	(4)	(5)
Dividendos propostos	225	229
<b>Saldo final</b>	<b>225</b>	<b>229</b>

No exercício de 2025, a TBG realizou os seguintes desembolsos de dividendos:

Eventos	Data de pagamento	Provento deliberado	Atualização monetária	IRRFs/atualização monetária	Total pago
Dividendos	31/03/2025	300	9	(2)	307
Dividendos	21/05/2025	60	3	(1)	62
Dividendos	21/07/2025	98	8	(1)	105
<b>Total</b>		<b>458</b>	<b>20</b>	<b>(4)</b>	<b>474</b>

### Prática contábil

A parcela dos dividendos prevista no estatuto social ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

### d) Resultado por ação

	2025	2025
Lucro líquido do exercício	449	458
Média ponderada da quantidade de ações	93	93
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$ por ação)	4,83	4,92

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da TBG não possuir ações potenciais.

## 20. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

2025	Nota	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Valor Justo			Total
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Ativos</b>								
<b>Ativos financeiros</b>								
Contas a receber, líquidas - Sistema Petrobras	10 e 21	72	-	72	-	-	-	-
Contas a receber, líquidas - terceiros		67	-	67	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	397	-	397	-	397	-	397
<b>Total dos Ativos</b>		<b>536</b>	<b>-</b>	<b>536</b>	<b>-</b>	<b>397</b>	<b>-</b>	<b>397</b>
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	13	-	150	150	-	-	-	-
<b>Total dos Passivos</b>		<b>-</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

2024	Nota	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Valor Justo			Total
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Ativos</b>								
<b>Ativos financeiros</b>								
Contas a receber - Sistema Petrobras	10 e 21	105	-	105	-	-	-	-
Contas a receber - terceiros		35	-	35	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	658	-	658	-	-	-	-
<b>Total dos Ativos</b>		<b>798</b>	<b>-</b>	<b>798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>								
<b>Passivos financeiros</b>								
Adiantamentos de clientes - Sistema Petrobras	21	-	854	854	-	854	-	854
Adiantamentos de clientes - terceiros		-	36	36	-	36	-	36
Fornecedores	13	-	201	201	-	-	-	-
<b>Total dos Passivos</b>		<b>-</b>	<b>1.091</b>	<b>1.091</b>	<b>-</b>	<b>890</b>	<b>-</b>	<b>890</b>

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O prazo de recebimento do contas a receber é, em média, de 15 dias após o faturamento e o passivo, na conta "adiantamento de clientes - Sistema Petrobras", é indexado ao dólar, e pago pela cotação do dólar do dia de cada pagamento. O prazo de pagamento dos demais fornecedores é de 20 dias em média.

## 20.1 RISCO DE MERCADO

### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Bradesco, Santander, Votorantim, BTG e Safra (nota explicativa 6), o que faz com que este risco seja reduzido.

O crédito concedido às instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias e na aplicação de excedentes de caixa, sendo distribuído entre os principais bancos nacionais que foram classificados pelas principais classificadoras internacionais de riscos com “grau de investimento” mínimo de risco brA-/A3.br/A-(bra).

O risco de crédito em relação à cliente Petrobras é muito baixo. Nos 24 anos de operação da Companhia, sua controladora sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados. A Petrobras foi classificada em 2025 pelas principais agências de Rating S&P, Moody’s, Fitch com os índices BB, Ba1 e BB, respectivamente.

### b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (nota 21) cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 714 (R\$ 854 em 2024), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados de risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

As variações na taxa de câmbio spot R\$ / US\$ podem afetar o lucro líquido e o balanço patrimonial.

As receitas de transporte do contrato TCO são indexadas ao dólar, dessa forma a variação do saldo do passivo (pré-pagamento) também acompanha a mesma variação de câmbio, gerando assim um hedge natural entre as obrigações e os recebimentos.

### c) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	150	-	-	-	150
	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>150</b>

### d) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 20.2 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 129 (R\$ 19, em 31 dezembro de 2024), decorrente, principalmente, da constituição da conta “Dividendos a pagar” no passivo circulante, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária em 28 de março de 2026 para pagamento dos dividendos aos acionistas no exercício de 2026, conforme divulgado na nota 19(c). Vale ressaltar que consta no passivo circulante, a conta Adiantamentos de clientes – Sistema Petrobras, no montante de R\$ 56 (R\$ 53, em 31 de dezembro de 2024), composta pelo saldo do pré-pagamento dos contratos TCO, CPAC e aluguel de faixa de servidão, não apresentando impacto no caixa da Companhia. Apesar da Companhia não esperar reverter esta situação no curto prazo, a Administração avalia que não há incerteza relevante quanto a capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia no vencimento por pelo menos doze meses a partir da data das demonstrações financeiras, conforme requerimento previsto no item 26 do pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis. Essa avaliação baseia-se na condição da Companhia em cumprir com suas obrigações financeiras, na revisão tarifária em curso, na capacidade de captação de recursos externos e na realização de novos investimentos.

## 21. PARTES RELACIONADAS

### a) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber	72	105
	<b>72</b>	<b>105</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Adiantamentos de clientes (i)	56	53
	<b>56</b>	<b>53</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Adiantamentos de clientes (i)	657	801
	<b>657</b>	<b>801</b>
	<b>713</b>	<b>854</b>
	2025	2024
<b>Resultado do exercício:</b>		
Receita bruta de serviços prestados – nota 7	1.088	1.757
Receita de aluguel de faixa – nota 7	12	12
Total da receita bruta de prestação de serviços – nota 7	<b>1.100</b>	<b>1.769</b>
Despesas financeiras - nota 9	(10)	(11)
Variações cambiais - nota 9	85	(172)
(i) Adiantamentos de clientes		

### **Petrobras**

Referem-se a pré-pagamento dos contratos *Transportation Capacity Option* (TCO), Concurso Público de Alocação de Capacidade (CPAC) e ainda aluguel de faixa de servidão. Todos são amortizados com prestação dos serviços correspondentes, sem desembolso de caixa.

#### **b) Remuneração de pessoal (em reais)**

O plano de cargos e salários, de benefícios e vantagens da TBG, assim como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	2025	2024
Valor em reais:		
Maior remuneração	52.548	63.029
Remuneração média	24.100	25.008
Menor remuneração	4.767	4.424
Média dos benefícios oferecidos	15.125	16.603
Número de empregados – média mensal no exercício	336	333

A remuneração de dirigentes, incluindo vantagens e benefícios, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	2025	2024
Valor em reais:		
Maior remuneração	96.199	91.766
Remuneração média	78.321	76.607
Menor remuneração	72.362	69.028
Número de dirigentes – média mensal no exercício	4	2

A remuneração de conselheiros fiscais e de administração, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	2025	2024
Valor em reais:		
Remuneração média	5.869	8.094
Número de conselheiros – média mensal no exercício	10	11

As remunerações totais dos membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva da TBG, estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia.

#### **c) BBPP Holdings Ltda. - BBPP**

Em dezembro de 1997, a TBG e suas acionistas na época, dentre elas BBPP Holdings Ltda. (BBPP), assinaram contrato de cessão de empregados próprios para a implementação dos serviços iniciais da TBG, até que fosse definido e composto o quadro de empregados da TBG.

Em fevereiro de 2010, a Secretaria Municipal de Fazenda - RJ lavrou auto de infração para a BBPP Holdings Ltda. referente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, sobre as operações realizadas no período de maio de 2005 a dezembro de 2009, incidente sobre o contrato de cessão de empregados celebrado entre BBPP e TBG. Conforme contrato celebrado entre as partes, todo o risco financeiro do processo é de responsabilidade da TBG. A expectativa de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo contingente é de aproximadamente R\$ 59 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2024).

## 22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Transações que não envolvem caixa		
Arrendamento	24	3

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data-base destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia deu continuidade aos trâmites internos de governança relativos à avaliação de uma potencial captação de recursos financeiros, por meio da emissão de debêntures incentivadas, nos termos da Lei nº 12.431/2011.

A operação encontra-se, na presente data, em fase de análise e submissão às instâncias competentes de governança corporativa, incluindo Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas, conforme exigido pela legislação societária e pelo Estatuto Social da Companhia.

Conforme o cronograma indicativo atualmente vigente, a deliberação final pela Assembleia Geral de Acionistas, condição indispensável para a efetiva emissão das debêntures, não havia ocorrido até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, em 05 de março de 2026.

Dessa forma, não existe, até esta data, obrigação contratual, financeira ou legal assumida pela Companhia, tampouco emissão ou liquidação de debêntures, não havendo impactos contábeis a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

## ADMINISTRAÇÃO

Gelson Baptista Serva  
Presidente do Conselho de Administração

Cilair Rodrigues de Abreu  
Conselheiro

Fabíola de Vasconcelos Matos  
Conselheira

Hermes Jorge Chipp  
Conselheiro

Matthias Ivens  
Conselheiro

Sébastien Jean P Lahouste  
Conselheiro

Suzana Kahn Ribeiro  
Conselheira

Jorge Roberto Abrahão Hijjar  
Diretor Presidente

Edson Luís Mendonça Real  
Diretor Comercial

Henrique Andrade Trinckquel Filho  
Diretor Financeiro

Gustavo Passos Elias  
Diretor Técnico

Daniel Hing  
Contador CRC RJ-091747/O  
Gerente de Controladoria

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselho de Administração e Acionistas da  
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG  
Rio de Janeiro - RJ**

### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das

demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

### **ÊNFASE - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relevantes, principalmente envolvendo a receita de serviços da Companhia é realizada com a parte relacionada Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras seu acionista controlador, conforme descrito na nota explicativa nºs 1 e 21 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

### **OUTROS ASSUNTOS - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relato Integrado da TBG - 2025 (que inclui o Relatório Anual da Administração em atendimento à legislação societária Lei n. 6404/76 e Lei 13.303/16) e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda.

Considerando o trabalho de acompanhamento da TBG desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base **(i)** na análise da documentação apresentada, **(ii)** nas informações prestadas pela Administração da Companhia, e **(iii)** no Relatório dos Auditores Independentes, que declara, sem qualquer ressalva, que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relato Integrado de 2025 estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Quanto ao Orçamento de Capital referente ao Plano de Negócios 2026-2030, na forma proposta pela Administração, o Conselho Fiscal não vislumbra óbice para a deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas, destacando-se que nos termos do § 2º do artigo 196 da Lei das S.A., o orçamento e suas fontes de recursos poderão sofrer revisões anuais.

Quanto à destinação do resultado do exercício de 2025, a Administração da TBG propõe o pagamento de dividendos no valor de R\$ 224.878.182,77 (Duzentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) correspondentes a 50% do lucro líquido apurado no exercício de 2025, a serem pagos em 3 (três) parcelas, cujos valores serão corrigidos pela taxa Selic, com incidência a partir de 31 de dezembro de 2025 até a data do efetivo pagamento de cada parcela, diante da disponibilidade de caixa da Companhia, respeitando o caixa mínimo de segurança vigente.

Com relação ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2025, no valor de R\$ 224.878.182,76 (duzentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), há proposição da administração para a constituição de uma reserva de retenção de lucros (art. 196 da LSA) no montante de R\$ 168.239.091,38 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil, noventa e um reais e trinta e oito centavos), com base em orçamento de capital, e aumento do capital social através da capitalização de lucros não distribuídos no montante de R\$ 56.639.091,38 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e trinta e nove mil, noventa e um reais e trinta e oito centavos), bem como a capitalização da reserva legal, hoje de R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais), atualizando o capital social, antes de R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de reais) para R\$ 168.239.091,38 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil, noventa e um reais e trinta e oito centavos), haja vista a aplicação do limite do artigo 199 da LSA. Nesse sentido, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025 se encontra apta a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, contendo a projeção “outlook” de fluxo de caixa para o ano de 2026, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta integral da Administração, nos itens acima elencados, está apta a ser deliberada em Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026.

Flavio Coelho Veloso

Marcelo Pereira de Amorim

Glaucio Porto de Oliveira

## RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração (“CA”), composto atualmente por 3 (três) membros, externos, nomeados pelo CA da TBG.

### 2. RESPONSABILIDADES

O CAE tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8.945/2016, pelo Estatuto Social da TBG e por seu Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da Gestão de Riscos.

Os administradores da TBG são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

As denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas, em matérias relacionadas às suas atividades, são recebidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário através do Canal de Denúncias compartilhado de sua controladora – Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, cujo canal é independente e possui mecanismos de anonimato.

A Auditoria Independente é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a TBG está exposta, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

### 3. ATIVIDADES DO PERÍODO E CONCLUSÕES

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o CAE realizou, no período de 01/01/25 a 31/12/25, 33 (trinta e três) reuniões, interagindo com os seguintes órgãos/áreas: Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Gestão de Riscos Empresariais, Conformidade, gestores das principais áreas da Companhia, auditorias interna e independente, Comitê de Auditoria Estatutário da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.

Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

As denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas, em matérias relacionadas às suas atividades, são recebidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário através do Canal de Denúncias compartilhado de sua controladora – Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, cujo canal é independente e possui mecanismos de anonimato. O reporte ao CAE pode ser realizado a qualquer tempo ou de forma regular, em reuniões específicas do Comitê com a Gerência de Conformidade e nos relatórios da Gerência de Conformidade.

Não chegou ao conhecimento do CAE a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Companhia, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

As conclusões descritas neste relatório foram baseadas em reuniões regulares realizadas com diversas áreas da Companhia, além de informações, documentos, relatórios produzidos pelas Auditorias Interna e Independente, pela Diretoria Executiva, pelos Conselhos de Administração e Fiscal e por gestores das principais áreas da TBG.

O trabalho desenvolvido pelo Comitê de Auditoria Estatutário foi registrado em atas, cujos extratos estão disponíveis no site da TBG como ação de transparência ativa e podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://www.tbg.com.br/estrutura-de-governanca>

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

### **3.1. AUDITORIA INTERNA**

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Afere a confiabilidade do processo de preparo das Demonstrações Financeiras conforme a Lei 13.303/2016 art. 9º, §3º, inciso II; Decreto 8.945/16, art. 17, inciso II.

Nas reuniões realizadas foram avaliados, dentre outros, o processo de planejamento, sumários e relatórios dos principais trabalhos efetuados e o acompanhamento das principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

### **3.2 AUDITORIA INDEPENDENTE**

O CAE avaliou o planejamento e os resultados dos trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Supervisionou suas atividades, avaliou sua independência e a qualidade dos serviços prestados conforme a Lei 13.303/2016, art 24º, §1º, incisos I e II e Decreto 8.945/16, art 38, §1º, incisos I e II.

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes.

### **3.3 - CONFORMIDADE, SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E RISCOS**

A cultura de controle e integridade é foco permanente de atenção da Administração.

O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade das operações da TBG e é objeto de permanente atenção por parte da Administração.

A efetividade do Sistema de Controles Internos foi fundamentada, principalmente, nos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle e em informações e documentos recebidos de diversas áreas da TBG.

As transações com partes relacionadas (TPR) foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com a Administração e Auditoria Interna, observaram a política interna de TPR e as normas aplicáveis.

Foram avaliadas e monitoradas as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração.

### **3.4 PARÂMETROS E RESULTADO ATUARIAL**

Os principais parâmetros nos quais se fundamentam os cálculos atuariais do plano de benefícios do fundo de pensão patrocinado, são admissíveis e estão alinhados com as práticas do mercado.

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis sobre o processo de avaliação atuarial da TBG em relação ao fundo de pensão patrocinado pela Companhia, realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliadas as premissas e os resultados atuariais.

### 3.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO INTEGRADO

O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou a elaboração das Demonstrações Financeiras da TBG e monitorou a sua qualidade e integridade, bem como exerceu as demais competências previstas no Decreto 8.945/2016, art 38, §1º, incisos III a VII e na Lei 13.303/2016, art 24, §1º, incisos III a VII.

Procedeu à revisão das Demonstrações Financeiras da TBG acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/25. Monitorou a sua qualidade e integridade. Tomou conhecimento do Relatório Integrado do exercício em atendimento à legislação societária Lei 6.404/76 e Lei 13.303/16.

O Comitê, considerando os resultados dos trabalhos realizados e as informações obtidas em reunião com a KPMG Auditores Independentes, julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31/12/25, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

Reinaldo Guerreiro  
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Ana Clara da Silva Moura  
Membro

Rosângela Costa Süffert  
Membro



Praia do Flamengo, 200 | 25º andar - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22.210-901 | Tel.: +55 21 2555-5800

[www.tbg.com.br](http://www.tbg.com.br)



 @tbg.gas



 TBGgasnatural



 tbg-gasnatural